Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 14 Nº 28, Janeiro - Junho de 2022
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Uma história de cidadania e conservação das águas brasileiras: entrevista com Luiz Antonio Timm Grassi

A history of citizenship and water conservation in Brazil: An interview with Luiz Antonio Timm Grassi

Claudia Ribeiro*
Elenita Malta Pereira**

Resumo: A entrevista aborda dimensões relevantes do caminho de atuação cidadã, profissional e intelectual do engenheiro e historiador Luiz Antonio Timm Grassi. O depoimento foi concedido em dezembro de 2019 e seu conteúdo foi revisado pelo entrevistado e pelas autoras em fevereiro de 2022. A publicação acadêmica constitui ação epistêmica no campo da história oral, sendo conduzida por intermédio de conversa com questões semiestruturadas, complementada por pesquisa bibliográfica e de arquivos e integrando a pesquisa que faz parte do projeto "Água, Saúde e Ambiente na História de Projetos de Desenvolvimento no Brasil do Século XX", liderado por equipe da Casa de Oswaldo Cruz/COC-Fiocruz. Como principal resultado, tem-se a reconstituição histórica de uma vida profissionalmente dedicada às lutas em torno da proteção das águas no sul do Brasil, visando a instituição legal de um sistema público e participativo de sua gestão.
Palavras-chave: Profissional militante. Proteção das águas. Gestão participativa.

Abstract: The interview addresses relevant dimensions of the citizen, professional and intellectual path of the engineer and historian Luiz Antonio Timm Grassi. The interview was given in December 2019 and its content revised by the interviewee and the authors in February 2022. This academic publication constitutes an epistemic action in the field of oral history, being conducted

* Engenheira química. Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; onde atualmente é pesquisadora em estágio pós-doutoral.
** Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; professora na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), em Rondonópolis, MT, Brasil.

through conversation involving semi-structured questions, complemented by bibliographic and archival research. It forms part of the project "Water, Health and Environment in the History of Development Projects in Brazil in the 20th Century", led by a team from the *Casa de Oswaldo Cruz/COC-Fiocruz*. As such, its main contribution is the historical reconstitution of a professional life dedicated to the struggles around the protection of waters in southern Brazil and the legal institution of the public and participatory system of their management.

Keywords: Militant professional. Water protection. Participative management.

Apresentação do entrevistado e breves informações biográficas

Luiz Antonio Timm Grassi é gaúcho, nascido no dia 25 de outubro de 1941 em Santa Maria. Em 1965, formou-se em Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No ano seguinte, casou-se com Marisa Soares Grassi, bacharel em Direito e Procuradora do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Também em 1966 iniciou sua trajetória como funcionário da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), instituição onde trabalhou por 33 anos. Atualmente ambos estão aposentados e residem no centro de Porto Alegre, onde a entrevista foi realizada, na tarde de 27 de dezembro de 2019, com a duração de cerca de 2 horas e 20 minutos.

Logo ao princípio da conversa, a nosso pedido informando o que julgaria importante que constasse de sua apresentação, Grassi explicou que o seu período de graduação em Engenharia demorou mais do que o previsto, em função de resolver dedicar-se exclusivamente por um ano ao movimento estudantil. Simultaneamente ao trabalho na CORSAN, cursou a graduação em História na Faculdade Porto Alegrense (FAPA), no período noturno, concluindo-a em 1973, e em parte desse período já exercendo também docência no que na época era chamado o "Ciclo Básico" dos ingressantes na UFRGS na disciplina de Introdução ao Pensamento Matemático.

Em 1975, foi convidado a lecionar na FAPA, em vários campos da História e da Antropologia Cultural, inteirando ao final uma docência de doze anos. Em 1979, fez especialização em Cultura e Política da América Latina, na UFRGS.

Finalmente, em 1987, na medida em que aumentaram suas atividades e sua responsabilidade na área de gestão dos recursos hídricos e na construção dos respectivos Sistemas Estadual e Nacional, encerrou suas atividades como professor de História. Em seu trabalho na CORSAN, Grassi participou de grupos, estudos e atividades comprometidas socialmente. Pelo fio das memórias acionadas por esta entrevista ele realiza um balanço crítico, no qual aborda sobretudo, mas não somente, seus atos em prol da conservação das águas, a partir do estado do Rio Grande do Sul, com relevantes reflexos no período da Constituinte de 1988 e seus posteriores desdobramentos. Entre eles, destacamos sua participação no grupo que estudou a implementação do Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico de Triunfo (SITEL) e, em atuação de bem mais longo tempo e intensidade, no grupo que participou da criação dos primeiros comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas do país — trabalho que acabou construindo o texto da Lei das Águas, legislação que finalmente instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do RS. Nesse sentido, sua contribuição é significativa para a pesquisa interdisciplinar empreendida pelas autoras sobre a história ambiental do Complexo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul (RIBEIRO, PEREIRA, 2020; PEREIRA, RIBEIRO, 2021).

Claudia & Elenita: Poderia começar falando sobre esse interesse multidisciplinar continuado em seu caminho profissional?

Grassi: O gosto pela História é de sempre. Mas da admiração pela atividade de meu avô italiano, Isidoro Grassi, construtor licenciado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do RS (CREA) em Santa Maria, originou-se a visão de querer ser engenheiro: na cidade muitas obras foram feitas por ele e também por seu sogro (e tio) Luigi Grassi, meu bisavô, originando esse forte apelo da engenharia como primeira ideia de profissão quando eu ainda era criança. Na época em que estudei, podia-se escolher uma entre quatro opções dentro da Engenharia. Escolhi o saneamento pelo caráter mais próximo da atividade social. Comecei atuando como engenheiro, mas sempre interessado na História.

Em 1969, iniciei o curso de História na FAPA, a primeira faculdade que oferecia cursos noturnos de graduação em Porto Alegre, formando-me em 1973. Por essa

instituição dois anos depois fui convidado para substituir um professor na disciplina de História da Arte, tema que sempre gostei. Quase ao mesmo tempo, um professor que gostava do meu trabalho convidou-me para substituí-lo durante o ano todo na disciplina de Antropologia Cultural. Uma época especial: nunca estudei tanto, nunca me dediquei tanto e eu acho que nunca fiz um trabalho tão bom em faculdade com os alunos, apesar da dupla jornada de trabalho (engenheiro de dia e professor de noite). Posteriormente, lecionei História da América durante 12 anos. Algo que no início eu achei muito árido: havia enorme carência de bibliografia, especialmente naquele período de ditadura, mas fui adequando o programa e criando estratégias, dentro do possível. A FAPA era uma espécie de oásis, mesmo na época mais dura do regime ditatorial. Fui aluno de professores sensacionais, e como docente nunca soube daquela história do controle militar sobre as aulas: possivelmente porque a FAPA era uma faculdade pequena e passava despercebida pelos controladores da ditadura. Assim penso que consegui fazer um trabalho de conscientização bem razoável: aproveitando os temas contemporâneos, com seminários, nos encerramentos de cada ano, sobre a conjuntura da América Latina.

Claudia & Elenita: De que modo principia sua participação cidadã, como inserção social, nesta trajetória?

Grassi: Desde a adolescência eu participava muito do movimento estudantil. No secundário pelos atos da Juventude Estudantil Católica (JEC), mas especialmente na universidade, no movimento da Juventude Universitária Católica (JUC). Estive muito engajado, especialmente no ano crítico de 1963, em que o país parecia que entraria em um processo revolucionário e a gente se preparava para assumir novos papéis na sociedade, principalmente profissionais.

A universidade para mim na época era um caldeirão, desde minha entrada na Engenharia, num crescendo que tem seu destaque a partir do período 1961-1962. Nessa época, no Brasil a universidade como um todo ganhou um formato (uma fisionomia) completamente inesperada, exemplarmente representada em 1962

pela "greve do um terço" [1]. A história vai se perdendo, isso é uma pena, mas essa foi uma greve nacional dos estudantes com o tema central de conseguir representação nos conselhos universitários (das Faculdades e das Universidades), de um terço de estudantes. Foi uma greve que alcançou uma mobilização enorme, de modo que qualquer pessoa de minha geração de setenta e tantos anos lembra-se desse fato. A UNE (União Nacional dos Estudantes) era algo fantástico, e nós tínhamos aqui no estado a União Estadual dos Estudantes **(**UEE), da qual eu muito participei, em conjunto com amigos muito próximos.

Voltando à Engenharia, a partir de 1962 o movimento alastrou-se no âmbito da Escola de Engenharia. Chegamos a ter, de tanto em tanto, assembleias gerais lotadas, para tomar posições: face à política nacional, à política educacional e à universidade. A reforma universitária era uma bandeira dessa época, discutíamos pautas muito contemporâneas, como a questão da interdisciplinaridade e da autonomia da universidade, por exemplo. Em época de comunicações muito mais difíceis, vivíamos conectados com todo o Brasil. Viajávamos muito e fazíamos encontros nacionais seguidamente, com outros movimentos inclusive. Em dado ponto, o pessoal da JUC foi deixando o lado mais religioso e derivando para uma ação mais política, criando a Ação Popular. Um movimento que foi importante nessa época, extremamente perseguido depois na ditadura, no qual entramos, a partir de sua organização aqui — havia núcleos em várias cidades do estado. Então, ainda dentro dessa ação política a respeito da qual vocês me perguntam, havia um lado interessante nessa época.

A atuação da UNE em todo o Brasil, tanto no Nordeste como aqui no Sul, preocupava-se com a revalorização da cultura popular, simultaneamente com as ações de politização. Com a intenção de levar dados políticos para mais pessoas, a UNE criou o Centro Popular de Cultura. Então, aqui no estado criamos o Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes. Fazíamos teatro, em criação coletiva. Criamos um espetáculo com o nome de Ciranda Brasileira,

[1]A greve do terço ou greve da participação foi organizada nacionalmente pelo movimento estudantil universitário, por três meses: começou em maio de 1962 e findou sem obter as demandas desejadas, porém evidenciando a grande capacidade de mobilização política estudantil no país (PONTES, 2012).

que era uma apresentação de paródias de músicas conhecidas, com poesias e textos sobre a situação do Brasil, colocando a defesa das reformas e da revolução: em vários lugares de Porto Alegre, Santa Maria, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul e mesmo à Florianópolis, por convite da UNE. Friso que a revolução, para grande parte desse grupo do qual participávamos na época, não era o conflito armado. E sim, propostas de certa forma revolucionárias, no sentido de transformação, a partir das reformas propostas pelo governo Jango[2], com todas as dificuldades e contradições que nelas existiam. Então as discussões intra-profissionais aconteciam em cada faculdade, em movimento interno que a UNE**,** a UEE e os Centros Acadêmicos ajudavam e propiciavam. Por exemplo, todos os alunos da Engenharia se reuniam nacionalmente, de tempos em tempos, para pensar a profissão, em preparação também para assumir o que viria depois. Em 1964, parei a faculdade, dedicando-me exclusivamente ao movimento estudantil, sendo que depois do golpe continuamos nos reunindo em regime semiclandestino, de forma mais discreta. Foi um ano no qual viajei por todo o estado, pois muita coisa continuou acontecendo.

Claudia & Elenita: A propósito de sua postura profissional, desde o início constante em sua carreira, como a definiria?

Grassi: Sempre procurei manter uma postura profissional correta, dando importância ao conhecimento e à competência. Mas é preciso ter presente que, depois de um período de universidade com muita militância, comecei a vida profissional em pleno período ditatorial muito repressivo. Procurei exercer a engenharia com competência, mas sem esconder minha posição de esquerda.

Claudia & Elenita: O que é para ti ser alguém de esquerda? Se fosse explicar para alguém hoje, o que dirias?

[2] Em seu mandato, o presidente João Goulart (1961-1964), propôs uma série de reformas estruturais que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento autônomo e maior justiça social. Especialmente a reforma agrária foi a mais discutida e ansiada pelos setores populares, porém rechaçada pelas elites. Para uma análise dos principais fatos do governo Goulart, reformas e do golpe civil-militar de 1964, consultar Ferreira e Delgado (2003, p. 343-417).

Considero que "ser de esquerda" é ser alguém que tem noção de cidadania e que defende a justiça e a solidariedade. Alguém que defende uma sociedade mais justa reconhece na História uma linha política e social de pensamento e de ação que se convencionou a chamar de "esquerda", opondo-se ao conservadorismo, ao pensamento retrógrado e a tudo que venha contra a civilidade.

Claudia & Elenita: Então Grassi, como você rememora seu início de exercício profissional, na época pós-golpe, em regime estatal e considerando a sua inserção política?

Grassi: Em 1965, eu passei a me dedicar mais à preparação profissional mesmo, pois já estava pensando em casar. A partir dessa época Marisa e eu continuamos ainda com muitos contatos com os militantes contra a ditadura, mas decidimos, em dado ponto, que a clandestinidade não era a nossa opção. Naquela época, enfim, ficamos no que eu chamo "de exílio interno", em paralelo ao meu cotidiano de trabalho. Isso significava lutar para não sermos cooptados, mantendo uma atitude profissional competente, mas crítica. E acompanhar o que acontecia, mantendo contato com companheiros mais envolvidos, alguns exilados, e aproveitando as menores brechas para comunicar a outras pessoas o que o sistema escondia. Mais tarde, chegamos a abrigar uma amiga que fugia da repressão, mas por muito pouco tempo, pois já tínhamos filhos pequenos.

Em 18 de dezembro de 1965 me formei, e, em janeiro de 1966 entro na primeira companhia de economia mista dedicada ao saneamento em nível estadual, criada no Brasil há poucos dias, pelo governador [Ildo Meneghetti]: a Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN[3]. Meu trabalho principiou no setor de projetos de redes de abastecimento de água para cidades atendidas pela CORSAN. Mais tarde, com o PLANASA[4] passamos a acompanhar

[3] Criada pela Lei nº 5.167(RIO GRANDE DO SUL, 1965).
[4] De acordo a Saiani e Toneto Júnior (2010, p. 99), "o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) foi, grosso modo, um modelo centralizado de financiamento de investimentos em saneamento básico. Baseava-se na concessão, por parte dos municípios, dos direitos de exploração dos serviços às Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) de seus respectivos estados, responsáveis pela execução de obras e pela operação dos sistemas. Ao Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão responsável pela administração do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), cabia, entre outras responsabilidades, a realização de empréstimos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para financiar parte dos investimentos. Até meados dos anos 1980, apenas as CESBs se beneficiavam desse financiamento".

projetos que eram contratados de redes e estações de tratamento de água. No dia a dia na CORSAN, comentava com colegas a evolução dos fatos de uma época de ditadura e identificava aqueles que também eram críticos. Não fazia nada demais, mas, lá pelo final dos anos 60, participei de uma tentativa de criação de uma associação dos técnicos de nível superior da CORSAN e fui chamado pela Direção que me ameaçou e proibiu a iniciativa. No início dos 70, eu recebia avisos que eu tinha que me cuidar, pois meu nome estava na lista, mas, como eu era um bom engenheiro, por enquanto estava tudo bem...

Aproveitamos para trazer à tona dificuldades, problemas e contradições que normalmente não poderiam ser explicitadas, mas as incorporamos no trabalho. Era o que se poderia chamar uma espécie de "resistência interna ao sistema"... Em 1970 tive a oportunidade de acompanhar engenheiros italianos de uma empresa contratada para cerca de trinta projetos de sistemas de esgotamento sanitário pelo interior, o que foi uma boa experiência. Em 1978, fui designado para participar de um grupo interinstitucional — CORSAN, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) de Porto Alegre e Serviço Municipal de Água e Esgotos (SEMAE) de São Leopoldo —, para elaborar o então chamado Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Região Metropolitana de Porto Alegre (PLADAE)[5].

Claudia & Elenita: O cenário que na época motivava essa atuação na área do saneamento, respondia a alguma demanda socialmente específica — por exemplo, reclamações com relação à qualidade da água, ou preocupações ambientais?

Grassi: Creio que houve dois movimentos confluentes. Um deles, dentro de ideia de um desenvolvimento de certa forma nacionalista e modernizante, por parte do governo militar, que tinha criado o PLANASA e incentivou a ampliação do abastecimento de água: ao final dos anos setenta, começa a pensar

[5] Trabalho concluído em 1992, conforme registro localizado junto a uma das três empresas que constituíram o consórcio executor. A Serviços Técnicos de Engenharia (STE) mantém ainda alguns materiais produzidos em seus arquivos, sob o título "Planejamento do programa de otimização do sistema de abastecimento de água de Porto Alegre e projetos de ampliação dos sistemas de produção". Até o fechamento desta publicação, não localizamos documentos deste trabalho nos acervos públicos da METROPLAN ou da CORSAN.

no esgotamento sanitário. De outra parte, começa a surgir o movimento ambientalista, principalmente no Rio Grande do Sul, com a AGAPAN e a liderança de José Lutzenberger. O saneamento e o meio ambiente começam a ser pensados de maneira mais próxima. O Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde foi formado em 1979[6]. No estado, os projetos de um polo petroquímico, de um polo carboquímico e a instalação de uma indústria de celulose são apresentados como empreendimentos estruturantes do desenvolvimento, mas também são criticados por causa dos riscos ambientais pelo incipiente movimento ambientalista. Ao mesmo tempo, vive-se um período de valorização do planejamento governamental.

Nesse contexto é que surge a ideia de um plano global de água e esgoto para a Região Metropolitana de Porto Alegre. A CORSAN sempre fez os seus sistemas de abastecimento de água, muito mais adiantados do que os relacionados aos esgotamentos, como ocorre até hoje. As cidades, salvo poucos sistemas integrados, eram tratadas individualmente. No caso de Porto Alegre, a existência legal da região metropolitana autorizava a METROPLAN, como seu organismo de planejamento constituído legalmente em 1974, para tratar em conjunto as questões de saneamento (RIO GRANDE DO SUL, 1974). Ocorre que Porto Alegre e São Leopoldo já tinham sua autarquia municipal para conduzir essa gestão, por isso é que a METROPLAN organizou uma equipe (liderada pela engenheira Nanci Giugno) ao final dos anos 1970, no qual organizamos um Termo de Referência para a licitação para contratação da empresa que faria este planejamento integral do saneamento da região metropolitana: um plano diretor para o abastecimento de água potável (captação, tratamento e distribuição) e, simultaneamente, um plano diretor para coleta e tratamento de esgotos sanitários por um período de 25 anos. A elaboração desse Termo de Referência foi uma grande oportunidade para refletir, estudar, elaborar e aprender sobre a realidade da Região Metropolitana, sobre a importância do

[6] O Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente foi criado em 10/09/1979 e, antes dele, houve a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE), instituída em 26/04/1974, na época vinculada à Secretaria de Saúde. A partir de 15/03/1979 a Secretaria de Saúde assume a denominação de Secretaria de Saúde e Meio ambiente, evidenciando a penetração do discurso ambientalista nos órgãos do estado. Esses órgãos são antecessores à Fundação de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), que seria criada em 1990 (WENZEL, 2014).

trabalho interinstitucional, sobre a importância dos mananciais a serem considerados como fonte de abastecimento e como receptáculos de esgoto urbano, ao lado de tantos outros usos dos corpos hídricos e da água.

Justo por conta desse relacionamento institucional com a METROPLAN fui convidado para fazer o Curso de Especialização em Planejamento Metropolitano, promovido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), cujo objeto referencial era o trem metropolitano (TRENSURB) ainda em construção. Como todas as companhias de saneamento, tínhamos que obedecer ao PLANASA, de caráter modernizante**,** mas centralizador. Mas fizemos algumas adequações aqui no Sul, pois suas diretrizes nem sempre consideravam as disparidades de apresentação regional da situação.

Em março de 1980, em função da necessidade de envolvimento do Estado com o projeto de tratamento de efluentes do Polo Petroquímico (Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos, o SITEL), a Companhia criou uma equipe especial, a Superintendência de Estudos Especiais (SUPE)[7]. Aceitei o convite para integrar o grupo coordenado pelo engenheiro Paraguaçu Flores, sob a condição de que pudesse continuar trabalhando no PLADAE. Algo que foi aquiescido pelo presidente da CORSAN daquele tempo: apesar de sua indicação política para o cargo, deixou as pessoas trabalharem nas demandas importantes da época, basicamente definidas pela progressão dos níveis de poluição das águas da região metropolitana a partir do final da década de 60. Essa foi uma época em que o Guaíba deixou de ser praia, um tempo em que se começa a atentar para o fato de existirem esgotos correndo a céu aberto: despejados como se via no Arroio Dilúvio, não era algo que poderia ser bom. De outra parte, a escalada da urbanização é muito rápida: ainda pude percorrer todas as poucas ruas de Cachoeirinha e de Alvorada, para fazer seu projeto de rede de abastecimento de água. Como Gravataí e muitas outras no estado, essas cidades eram então muito pequenas, mas cresciam muito rapidamente.

[7] De acordo com Pereira e Ribeiro (2021, p. 12), a SUPE emerge do antecessor Núcleo de Tecnologia Aplicada a Preservação dos Recursos Hídricos (NTRH), que segundo as entrevistas realizadas com Millos Stringhini, Luiz AntonioTimm Grassi, Lígia Würth Simon e Ellen Pritsch, foi criado em 1975 na Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN).

Claudia & Elenita: Quais seus destaques das memórias do trabalho na SUPE, em relação com esses primórdios da organização institucional da regulação ambiental do estado e do país?

Grassi: Entre as mudanças do grupo na região central de Porto Alegre (primeiro ocupou uma sala em edifício na rua Riachuelo e depois se sediou na rua Chaves Barcelos), essa equipe conduziu além da solução técnica para o tratamento e disposição de efluentes do Polo Petroquímico e o PLADAE, o estudo para um novo núcleo industrial a leste de Novo Hamburgo (distrito de Lomba Grande), o projeto URBIN[8], o qual não foi adiante. Eu participei dos primeiros estudos do SITEL, mas continuava meu tempo principal ocupado mesmo com o PLADAE. Isto foi no período de maio de 1980, início de abril de 81, praticamente um ano, quando, estando o projeto em fase adiantada e não querendo desvincular-me do PLADAE e ir trabalhar no Polo de Triunfo, então passei a integrar a Assessoria para a Preservação dos Recursos Hídricos (ARH) da CORSAN (vinculada à sua Presidência), deixando a SUPE.

No período da SUPE, o projeto do SITEL prosseguiu, com várias contratações de empresas externas para execução de partes específicas, em assuntos discutidos em muitas reuniões, das quais participei em algumas. A participação da sociedade colocou a discussão do destino dos efluentes na ordem do dia: o que eu posso dizer é que a percepção da equipe era forte no sentido de que a solução final do impasse que se criou teria que ser uma coisa bem aceita pela sociedade, de um lado, e que tivesse o mínimo de impacto ambiental, de outro. O engenheiro Zeno Simon mandava muitas informações da Inglaterra onde realizava um estágio em Birmingham[9]. Ele era muito atento ao que observava na

[8] O Núcleo Urbano Industrial de Novo Hamburgo (URBIN) era uma das cinco áreas da Região Metropolitana de Porto Alegre, propostas pela METROPLAN para serem áreas de desenvolvimento industrial, o que se inseria em uma lógica de grandes projetos para o fomento econômico da região. Segundo (BFARQ, Online) o projeto para o URBIN foi conduzido pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS) e indicou o reforço do parque industrial de Novo Hamburgo, em especial com o setor coureiro-calçadista e a criação de 28.000 empregos. O URBIN não foi implantado, mas o estudo "pode ser tomado como um exemplo de projeto de racionalização dos espaços urbanos e direcionamento do crescimento das cidades naquele período histórico".

[9] Zeno Simon (1954-1996) era engenheiro químico, funcionário da CORSAN e ambientalista membro da AGAPAN. Com bolsa do Conselho Britânico, desenvolveu estágio na *North West Water Authority*, em Birmingham, Inglaterra, de março de 1980 a maio de 1981. Em 1982, estagiou em diversas entidades de controle ambiental, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Nessa época, foi membro ativo da *Friends Of The Earth*. Foi Delegado do Brasil na Conferência

Inglaterra nas questões de saneamento ambiental e muito estudioso. Enviava tudo o que conseguia para cá, em verdadeiras novelas que escrevia.

Em 1987, assumi a chefia da ARH, iniciando com outros órgãos do estado os trabalhos que resultaram na criação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Trabalho que em 1995 passei a desenvolver diretamente junto à Secretaria do Conselho de Recursos Hídricos do RS (CONRHIRGS), vinculado à Secretaria de Obras Públicas e Saneamento.

Sobre a lembrança mais precoce do movimento ambientalista, creio que é fundamentalmente relacionada à instalação da Borregaard, que é o seu marco inicial aqui. A realidade da poluição provocada por uma indústria de celulose, embora fosse importante pelos seus efluentes líquidos, era percebida pela população pela pestilência do cheiro [das emissões atmosféricas não tratadas].

Então o argumento ao nível de decisão governamental era o de não repetir o erro no projeto do Polo. Estávamos em 79-80, em clima de certa abertura, sendo que os movimentos que se constituíram primeiramente foram os ambientalistas, justamente aqui no sul. Nesse quesito, o Lutzenberger teve a sensibilidade de usar bem a mídia no momento adequado. Como exemplo, lembro de sentir-me muito jovem frente aos palestrantes de um primeiro simpósio sobre meio ambiente que foi feito em Porto Alegre, na Sociedade de Engenharia, quando ele falou junto com o especialista em resíduos sólidos da época, o Júlio Rubo, sendo que a AGAPAN já existia desde 1971.

Então tínhamos esses acontecimentos como um respiro em época de repressão, mesmo se a eles estivessem mesclados movimentos um tanto contraditórios, como o da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)[10], de constituição nitidamente direitista. Isso também mostrou em nosso nível local como, por vezes, a questão ambiental pode ter essa característica um pouco ambígua.

Anual da *Water Pollution Control Federation*, em Detroit, Estados Unidos (AGUIAR, 1998). Para Aguiar (1998, Online), "devemos ao Zeno, mais que a qualquer outro individualmente, o abandono da ideia de se construir um tubão para se jogar os efluentes do Polo Petroquímico no nosso mar. Optou-se pelo tratamento nas cercanias do polo, com a construção pela CORSAN do então modelar SITEL".

[10] Ação Democrática Feminista Gaúcha (ADFG) foi uma das entidades ambientalistas mais atuantes nos anos 1970. Ver mais em BONES, HASSE (2002).

Claudia & Elenita: Você poderia falar um pouco sobre a constituição do normativo ambiental pelo Estado, com especial atenção ao caminho pelo qual se deu a institucionalização da proteção das águas no país?

Grassi: Nessa época, em plano nacional, havia o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o DNAEE[11]. No Brasil, tinha a função de uma espécie de supervisor dos usos das águas, como se fosse uma agência de outorga: seguia o antigo Código de Águas[12].

No RS, em 1981 foi criado Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, (CONRHIRGS)[13]: aí começa a história de gestão das águas por aqui. Lembro que houve um grande evento em Brasília, em 1983, promovido pelo DNAEE, com participação de pessoas de vários países (dentre outros, Reino Unido, França, Alemanha, Portugal e Estados Unidos) para relatar suas experiências em gestão das águas[14]. Nesse Seminário Internacional destacou-se o modelo francês de gestão. Ficaram os anais desse evento na biblioteca da CORSAN, cujo posterior estudo foi importante para a definição do modelo a ser adotado por nós.

Claudia & Elenita: Você participou do evento? Os gestores ambientais da época, como Paulo Nogueira Neto[15], participaram?

Grassi: Não participei, da CORSAN ninguém foi**.** Tomamos conhecimento bem depois, mas houve representação do estado. Eu acho que não houve

[11] Criado pela Lei nº 4.904/1965, o Departamento Nacional das Águas e Energia (DNAE) era órgão integrante do Ministério das Minas e Energia, responsável por promover e desenvolver a produção de energia elétrica. Em 1968, com o Decreto nº 63.951, a denominação do DNAE foi alterada para Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Para um recorte histórico dos antecessores da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ver Arruda (2019).
[12] O Código de Águas foi instituído pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, cuja execução, na época, cabia ao Ministério da Agricultura (BRASIL, 1934).
[13] Instituído pelo Decreto nº 30.132, de 13 de maio de 1981 (BRASIL, 1981).
[14] Conforme consta em Canepa *et al.* (2004), trata-se do Seminário Internacional de Gestão de Recursos Hídricos, realizado em Brasília, em março de 1983, em promoção conjunta do DNAEE (MME), da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA/MINTER) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/SEPLAN) e do CEEIBH.
[15] Paulo Nogueira Neto (1922-2019) foi importante figura no cenário ambiental brasileiro: naturalista, professor universitário eo primeiro secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA (1974-1986), depois transformada em ministério. Foi membro da Comissão Brundtland para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ONU), presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), entre outras atividades.

participação de Nogueira Neto, porque a questão ambiental, na época, era bem separada da gestão das águas.

Claudia & Elenita: Como foi a criação dos comitês de bacia no estado?

Grassi: Na questão dos recursos hídricos, a história foi completamente diferente do ambientalismo. O CONRHIRGS criou comitês de bacias no estado, anteriores aos atuais. Mas esses comitês nunca funcionaram, eram comitês compostos apenas por órgãos públicos. Fundados em uma preocupação com a gestão dos recursos hídricos, que partia do pessoal do DNAEE do escritório do Rio Grande do Sul. Lembro-me do engenheiro Roberto Coimbra, como o primeiro que pensou isso no Rio Grande do Sul. Por sua iniciativa, foi criado um comitê de estudos da bacia do Guaíba (não um comitê de gestão) [16].

Mas antes disso, em 1974, fui indicado pela Direção da CORSAN para uma viagem de intercâmbio, uma missão técnica nos EUA, integrada por um grupo de onze pessoas. Fazia parte do Programa Nacional de Qualidade de Água, da US-EPA (United States Environmental Protection Agency), Agência de Proteção Ambiental estadunidense, de onde partiu o convite. Passamos alguns dias em Washington, visitando obras de proteções de captações, seja da poluição, seja da erosão, etc. Depois visitamos estabelecimentos; por exemplo, visitamos um frigorífico, para ver como era o sistema de tratamento dos efluentes e visitamos em Los Angeles a condução, o destino final dos efluentes de Los Angeles, que na época eram todos despejados no mar, sem tratamento.

Nós fizemos uma viagem costa-a-costa. Em Dallas vimos estações compactas de tratamento de água, depois visitamos em uma universidade também a parte de

[16] Tratava-se de comitês nas bacias hidrográficas de rios federais, como a do Paraíba do Sul, a do São Francisco, a do Ribeira de Iguape e a do Guaíba (embora nesse caso fossem águas estaduais), criados a partir do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), instituído em 1978, por meio da Portaria Interministerial nº 090/1978; eram instâncias que existiram até 1983 (ANA, 2011, Online). A criação dos atuais comitês — diferentes desses dos anos 1970 — foi uma demanda de grupos organizados da sociedade, como ambientalistas, universidades e técnicos do estado, políticos, entidades empresariais. O primeiro comitê foi o do Rio dos Sinos (Comitesinos), criado em 1988. Para um histórico da criação dos comitês de bacia no Rio Grande do Sul, ver Canepa *et al.* (2004).

tratamento de água e visitamos o super poluído canal de navegação em Houston[17], conhecendo o seu sistema de monitoramento de qualidade de água.

No estado de Ohio, em Cincinnati, a gente teve contato com um comitê de bacia, bem diferente do que seriam os nossos [criados em 1987]. Era um comitê de bacia estatal, o qual basicamente se ocupava com monitoramento da qualidade da água a ser captada do rio Ohio, em esforço público para mantê-lo saudável para a captação de água, como emprego de alta tecnologia.

Eu voltei dessa viagem com uma ideia sobre a importância da gestão por bacia hidrográfica e a possibilidade de fazê-lo com a constituição de comitês. Mas eu pensava: eles têm dinheiro, eles fazem com alta tecnologia**,** com alto custo. Nós temos que combater a poluição e proteger nossos rios com muito menos recursos, nós temos que fazer por compartilhamento, e as pessoas, a sociedade têm que participar. Mas acho que, enfim, aproveitei bem a experiência, e quando a gente começou a pensar nos comitês eu aproveitei muita coisa que tinha conhecido nessa missão. Mais tarde, constatamos que minha percepção sobre a participação social não era apenas uma questão de recursos, mas essencial para qualquer política ambiental, especialmente quanto à gestão dos recursos hídricos.

Claudia & Elenita: E como é que começa então a constituição desse núcleo de recursos hídricos, a transição de um núcleo "chapa branca", para um conselho com participação popular?

Grassi: Bom, o Conselho era um colegiado composto apenas por representantes de órgãos oficiais. O Conselho tinha também, lateralmente, a participação da sociedade civil: havia uma Comissão Consultiva do Conselho, integrada por órgãos representativos da sociedade. Então, nós, da Assessoria de Recursos Hídricos da CORSAN, durante um tempo, não tínhamos nada a ver com o Conselho, até que houve uma aproximação e nós ficamos sabendo que esse Conselho não se reunia nunca, só o Secretario de Estado e o núcleo técnico,

[17] De acordo a Melosi e Pratt (2007) já em nos anos 1920s o *Houston Ship Channel* já apresentava sinais preocupantes de poluição, para em 1967 ser identificado como o pior exemplo de contaminação hídrica do estado do Texas e um dos dez piores do país, de acordo a investigações federais americanas (USEPA, 1980, p. 44).

que era a secretaria executiva, três ou quatro técnicos, com coordenador. Soubemos que eles tinham o assessoramento de uma procuradora do estado, casualmente irmã da ambientalista Magda Renner, a Verena Nygaard. Ela sabia que o estado não tinha uma legislação sobre água e estava querendo fazer uma lei das águas, isso muito antes de qualquer um pensar isso no Brasil. Tudo isso ocorreu por volta de 1984.

Para construir essa legislação, começamos a estudar muito, mas, dali não saiu nada propriamente, a não ser as pessoas se encontrarem, se conhecerem. Em 1986, com a eleição do Simon, eu participei muito do Plano de Governo e fiquei coordenador do setor de saneamento. Em março de 1987 assumi a chefia da Assessoria dos Recursos Hídricos da CORSAN e começamos a pesquisar a forma de proteger e/ou recuperar os mananciais tão importantes para o saneamento — tanto como fonte de abastecimento quanto como receptores de esgotos sanitários. Em São Leopoldo já havia a UPAN, inspirada no precursor do ambientalismo Henrique Roessler, preocupada com o Rio dos Sinos[18]. Em 1987 o Grupo Editorial Sinos, de São Leopoldo, iniciou uma campanha para "salvar o rio dos Sinos" e isso acabou sensibilizando o Secretário de Obras Públicas e Saneamento, Presidente do CONRHIRGS, que promoveu uma reunião, em setembro do mesmo ano, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Essa reunião, em São Leopoldo, marcou o nascimento do primeiro comitê de bacia do Brasil, oficializado no ano seguinte[19]. Participei, como representante da CORSAN e participou também, entre outras pessoas, a engenheira Nanci Giugno. Apresentamos a ideia de um comitê para tratar da "salvação do Sinos", como era dito pela imprensa, mas que fosse uma instituição participativa e permanente, com total apoio da UNISINOS. Não havia, no início, consenso sobre que tipo de comitê seria. O pessoal da Universidade pretendia mais um comitê de estudos e pesquisa, os ambientalistas queriam mais ações diretas, os técnicos do governo começavam a pensar em planejamento e ações técnico-administrativas. O primeiro nome do Comitesinos foi Comitê de Preservação, de Pesquisa, Preservação e Gerenciamento — o último termo eu

[18] A União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) foi criada em julho de 1971, em São Leopoldo, inspirada pela fundação da AGAPAN, em abril do mesmo ano, e pela antecessora União Protetora da Natureza (UPN), presidida por Henrique Luiz Roessler entre 1957 e 1963, também em São Leopoldo (PEREIRA, 2013).
[19] RIO GRANDE DO SUL (1988a).

obriguei a colocar [risos] — da Bacia do Rio dos Sinos. A pessoa que ficou de secretário executivo foi um professor da UNISINOS, pesquisador, geólogo, interessado em pesquisa, mas querendo puxar muito para a área de pesquisa, e eu dizia "olha não é só pesquisa, tem que fazer a gestão mesmo".
Então assim foi constituído o Comitesinos, com o primeiro presidente sendo o prefeito de Três Coroas, Alexandre Behs. No primeiro ano, ninguém sabia bem qual o papel de um comitê de bacia hidrográfica, então eu sugeri que convidássemos pessoas com experiências diversas para começarmos a conhecer

o que se fazia pelo mundo**:** o Zeno Simon trouxe sua experiência da Inglaterra, eu levei o que havia visto nos Estados Unidos, particularmente a ideia de sempre considerar a bacia hidrográfica — eles não são exemplo para nós [na gestão das águas] — e o economista Eugenio Canepa[20] trouxe sua experiência de muito estudo (do evento de 1983 em Brasília e de outras muitas leituras, que ele havia consultado na biblioteca da CORSAN), para a organização do comitê. Foi Canepa quem chamou a atenção para a experiência francesa de comitês e agências de bacias, a qual mais tarde pode conhecer de perto. No Comitesinos eu era representante da CORSAN. Então, em março de 1988, foi criado oficialmente, por decreto do Governo do estado, o Comitesinos. A partir daí (e como até hoje) o Comitesinos reuniu-se regularmente e foi o grande laboratório de experiências do que deveria ser um comitê de bacia no Brasil, contribuindo para a gestação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Ao mesmo tempo, em 1988, duas vereadoras de Gravataí começaram a falar da poluição do Gravataí, a partir da mobilização da Associação pela Preservação do Vale do Rio Gravataí, e um colega da CORSAN me convidou para ir falar lá na Câmara de Vereadores. Levei imediatamente a proposição de construir um comitê da bacia do Gravataí. A partir daí, começou a reunir-se na METROPLAN um grupo de trabalho e a Associação dos ex-alunos, dos ex-bolsistas da Alemanha (a Associação de Ex-Bolsistas do Brasil na Alemanha – AEBA) endossou a ideia,

[20] Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em Teoria Econômica: Regional e Urbana, pela Universidade de São Paulo (USP), Eugenio Miguel Canepa (nascido em Buenos Aires em 1942; veio para o Brasil com dez anos de idade e faleceu em 2021 em Porto Alegre) foi pesquisador da Fundação de Ciência e Tecnologia do RS (CIENTEC) até a sua aposentadoria. Tinha larga experiência na área de Economia, com ênfase em Economia da Tecnologia, destacando-se junto à comunidade gaúcha e brasileira interessada nos temas ambientais pelos seus inúmeros trabalhos voltados à economia ambiental, ao direito das águas e uso dos recursos hídricos.

viabilizando recursos para seguirmos adiante. No início de 1989, foi criado, também por decreto estadual, o Comitê Gravataí, que era o segundo comitê de bacia do Brasil. Mas entre final de 1988 e início de 1989 o presidente do Comitesinos deixou de participar de suas reuniões. O comitê ficou acéfalo, então me esforcei para não deixar o comitê morrer e fui escolhido como coordenador, ou, segundo os registros do Comitesinos, seu presidente interino. Assumi essa coordenação durante vários meses, até uma eleição de um novo presidente, quando Luiz Miranda, da METROPLAN, assumiu. A nossa amiga, arquiteta Viviane Nabinger ficou como sua secretária executiva, sendo nessa função até hoje o grande esteio do Comitesinos. Finalmente, começaram a se reunir e atuar os dois comitês, enquanto o grupo interinstitucional que participava do processo discutia sobre quais eram suas funções, suas atribuições, seus limites... Chegamos à conclusão de que tinha que existir um sistema de gestão, inserido em uma política pública para os recursos hídricos. Nesse meio tempo, em 1988, nós constituímos um grupo de pessoas da CORSAN, da FEPAM, do DMAE, da METROPLAN, que começou a se reunir, com autorização das direções. Concluímos que tínhamos que nos organizar como grupo reconhecido, e para tal trabalhamos: fizemos um documento interno, que foi aprovado pelas direções, no mesmo ano da nossa Constituição Federal e um ano antes de nossa Constituição Estadual. A Constituição Federal já previa a criação de um Sistema Nacional de Recursos Hídricos, além de determinar que todas as águas da natureza, no País, são públicas. A procuradora Verena Nygaard conseguiu que a deputada estadual Hilda de Souza (PMDB) apresentasse uma lei que sobre as águas: a Verena redigiu, eu e a engenheira Maria Lúcia Bernardes Coelho Silva (da FEPAM) revisamos o texto e a deputada Hilda então levou o projeto de lei adiante, sendo aprovada em 1988, a Lei 8.735/88, a primeira Lei das Águas do Rio Grande do Sul[21]. A partir de 1990, o grupo de trabalho, aproveitando o que essa lei determinava (dava um prazo para a aprovação de um Plano de Estadual de Recursos Hídricos), conseguiu reativar a Comissão Consultiva do CONRHIRGS. Convocamos a UFRGS, entidades da sociedade civil, órgãos estaduais e federais também, e então passamos a trabalhar na Comissão

[21] Lei nº 8.735, de 4 de novembro de 1988. Estabelece os princípios e normas básicas para a proteção dos recursos hídricos do estado e dá outras providências (RIO GRANDE DO SUL, 1988b).

Consultiva. Nós começamos a trabalhar na construção do texto de uma lei mesmo, das águas e do sistema, por um bom tempo, até que a ideia de um Sistema de Gestão de Recursos Hídricos chegou a ter certa consistência. Conseguimos influenciar a redação da Constituição Estadual com a inclusão de um artigo específico (o 171) que determinava a criação de um Sistema Estadual de Recursos Hídricos adotando as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão.

Já em 1990, no governo Colares, o engenheiro Rogério Dewes assumiu a secretaria executiva do Conselho de Recursos Hídricos (CRH), e sendo já participante do grupo que discutia o assunto da lei, consegue levá-lo oficialmente para o interior do CRH — grupo de trabalho para redigir a Lei das Águas do Rio Grande do Sul. Ao todo nele trabalharam sete pessoas: além de mim (pela CORSAN) e do próprio Dewes, Verena Nygaard, responsável pela formatação jurídica, o Paulo Renato Paim e a Nanci Giugno (da METROPLAN), a Maria Lúcia Bernardes Coelho Silva (da FEPAM), o Eugênio Canepa (da CIENTEC) e o professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, Antônio Eduardo Leão Lanna. Essa comissão redigiu o texto, o Secretário de Obras encaminhou ao Governador e esse à Assembleia Legislativa, que o aprovou sem cortes nem emendas. É a Lei das Águas do Rio Grande do Sul, Lei 10.350/94 [22] (que depois serviu de modelo para a Lei Federal 9.433/97). Ficamos um pouco desapontados pela falta de discussão pelos deputados, que significou o pouco entendimento do que estava sendo aprovado... Mas estava criado o Sistema Estadual de Recursos Hídrico e, a partir daí, foi a construção dos comitês de bacias hidrográficas em todo o Rio Grande do Sul, modelos para todo o Brasil. Tive uma bela experiência, quando fui convidado para ser "padrinho" do primeiro comitê do estado do Ceará, o do rio Curu, em 1997.

Claudia & Elenita: Nessa época, como vocês entendiam a questão, a esfera ambiental? Já era madura a percepção nessa época?

[22] Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do estado do Rio Grande do Sul, alterada pela Lei nº 11.560, de 22 de dezembro de 2000, e pela Lei nº 11.685, de 8 de novembro de 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Grassi: Houve uma discussão bastante forte durante algum tempo, se precisava ter um sistema específico de recursos hídricos, ou um sistema de política ambiental com recursos hídricos incluídos. Algumas pessoas da FEPAM fecharam muita questão em fazer um sistema só integrado. Mas a maioria, inclusive eu, defendeu a ideia de um sistema específico, separado. Porque, primeiro, do ponto de vista pragmático, era preciso organizar bem o sistema de recursos hídricos, ter os comitês de bacias bem definidos, que são gestão de águas, os comitês de bacias, numa bacia hidrográfica. Eles não são gestão ambiental em geral, no meu ponto de vista.

A gestão das águas implica a parte ambiental, é colateral, mas apresenta aspectos quantitativos e qualitativos muito específicos. A questão da água implica também atividades econômicas, e a participação de agentes econômicos, com tudo que isso possa ter de complicado: e isso tem de ser considerado.

Respeito muito os ambientalistas, mas acho que às vezes existe um viés um pouco salvacionista, sabe? Um pouco de mística salvacionista, a coisa do intocável, que na verdade não é intocável. E isso, às vezes, chega num certo grau de radicalismo que acaba sendo apolítico ou pior, antipolítico. A discussão da questão do progresso, a partir do iluminismo, do progresso, competindo com a questão ambiental, que é uma questão nova, é um ponto ainda não bem resolvido, até hoje. E é uma vertente que faz com que ambientalistas possam ter ideias tão conservadoras em alguns aspectos de política e de sociedade.

Claudia & Elenita: Mas como fica a esquerda, em relação à questão ambiental?

Grassi: É interessante perceber como a ideia da questão ambiental, como ela pode alimentar, de uma forma diferente e muita rica, por exemplo, as ideias de esquerda, que a gente defende até hoje. Cada vez mais, agora no Brasil, parece que a esquerda não se antenou para isso, não se antenou para outras coisas de minorias, etc. Talvez por aí então nesse sentido que a ideia dos comitês se consolida, a ideia de um espaço, de um instrumento em que o privado e o público possam se encontrar numa ideia de democracia participativa. Eles representam de certa forma, uma coisa mais política, de uma

democracia participativa, que, aliás, não foi muito bem entendida pela esquerda daqui também, pelos governos do estado, mas em que tu obrigas os interesses privados a vir à tona, obrigados **(**entre aspas**)**, a se declararem abertamente e não ficarem submersos, subterraneamente fazendo lobby. São obrigados a intervir numa discussão clara, onde o interesse público também fique muito claro e bem definido, sobreposto ao interesse privado. Parece-me que, até certo ponto, com todas as dificuldades, os comitês conseguiram passar um pouco essa ideia, agir um pouco onde os representantes do interesse público não souberam fazer frente.

Claudia & Elenita: Encaminhando o final de nossa conversa, você mencionou que havia uma preocupação, por iniciativa até do próprio poder público, desses órgãos, de modernização, então como é que a questão ambiental chegou ao ponto atual, em que o poder econômico venceu?

Grassi: [risos, acha a pergunta muito difícil] Eu acho o seguinte, tudo isso está dentro de um contexto maior, quer dizer, o que vai se querer com a ideia de um sistema de gestão participativa que parece assim tão bem-acabada? Bom eu tenho que dizer que a ideia é bem-acabada. De um modelo, de uma sociedade muito diferente, talvez muito idealizada. Já a sociedade real parece ser capaz de fazer as barbaridades que está fazendo, que caiu no poço em que está caindo [referindo-se à eleição do governo Bolsonaro]. Por tudo que está acontecendo, vocês devem estar acompanhando, apesar da crise, é bom que tenha gente que está fazendo coisas que não adiantam nada para agora, mas que serão importantes para o futuro. Tudo que se está tentando rever da história e de como chegamos onde nós estamos, às categorias sociais que nós temos; isso é importante para construir ou reconstruir o futuro.

Por exemplo, o trabalho do Jessé Souza, o que ele tem escrito (como *A Elite do Atraso* e outros livros), do Boaventura de Souza Santos, do Paulo Eduardo Arantes, do José Luís Fiori, muita gente tem escrito e refletido sobre a crise atual. Quanta gente está tentando descobrir, afinal, por que nós somos assim? A gente chegou lá, porque dentro da sociedade havia um caldo de cultura que permitiu [o retrocesso bolsonarista].

Por outro lado, ao mesmo tempo, quanta coisa tem vindo à tona, felizmente, quanta coisa na contracorrente está vindo à tona. A gente tem contato aqui com muita gente, gente que nós conhecemos, tivemos contato nos últimos tempos, por causa das manifestações políticas anti-golpe disfarçado de impeachment, contra um presidente imposto por esse golpe.

Claudia & Elenita: Para finalizar mesmo, ainda nos fale um pouco da continuidade de seu engajamento como cidadão e das lutas em outras frentes?

Grassi: Nós estamos em tudo que é possível, sempre. Nós temos um grupo de amigos, que não é um grupo político, são amigos que se gostam, e estão aí para tomar um vinho e conversar, refletir, sempre antenados com o que acontece e participando de todas as formas possíveis, em todas as trincheiras, em todos os nichos possíveis...

Sobre minhas últimas lutas, no final dos anos 1990, fui vice-presidente do Comitê Caí (sendo presidente a entrevistadora Claudia Ribeiro), depois, após a aposentadoria, fui presidente do Comitê Lago Guaíba. Continuei atuando com os recursos hídricos, pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Lancei a ideia e coordenei, em 2004, o Ano Estadual das Águas e participei como organizador de Fóruns Internacionais de Gestão Ambiental, da Associação Riograndense de Imprensa entre 2004 e 2010. Entre 2008 e 2016, participei da mobilização por um Museu das Águas, a partir de proposta feita no II Fórum Internacional da ARI. Depois de elaborado e publicado o trabalho "Escopo Museológico do MUSA", o trabalho foi suspenso em função das novas condições políticas desfavoráveis do País. Participei também da luta contra a extinção das fundações públicas estaduais — a METROPLAN, a CIENTEC, a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Fundação Zoobotânica (FZB), etc. E atuo no Sindicato dos Engenheiros. Assim, por último, apareceu a trincheira de defesa da Cinemateca Capitólio[23]: uma luta

[23] O Capitólio foi um antigo cinema de Porto Alegre, salvo da destruição quando foi fechado em 1994, por um movimento de moradores do bairro que criou uma "associação de amigos" e teve receptividade no governo municipal de então. Restaurado com novo projeto interno, com recursos da Petrobras, foi reinaugurado em 2015 como cinemateca (com um valioso acervo e uma programação primorosa), sendo a única sala de cinema de rua hoje sobrevivente na cidade. Em julho de 2019, o então prefeito Nélson Marchezan resolveu promover sua concessão a

mais localizada, para impedir a entrega de um patrimônio público com valor histórico, de um espaço cultural importante, que foi salvo do desaparecimento com a atuação da comunidade e tornou-se uma cinemateca conhecida internacionalmente.

Referências

ANA. **O comitê de bacia hidrográfica***:* o que é e o que faz? Agência Nacional de Águas – Brasília: SAG, 2011. Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

AGUIAR, João Batista Santafé. Zeno Simon: "grande ecologista, amigo, companheiro, paizão – valeu!". Publicado em 1998. **Agir Azul.** Disponível em: <https://www.agirazul.com.br/agirazul/aa13/amigo.htm>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ARRUDA, Daniela Lucena. Evolução: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Jus Brasil.** Publicado em 27/11/2019. Disponível em: <https://danielalucenaarruda.jusbrasil.com.br/artigos/785431392/evolucao-agencia-nacional-de-energia-eletrica-aneel>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BFARQ. Resumos de obras significativas da coleção Porto Alegre. **Cidades Novas na RMPA — Projeto URBIN–METROPLAN.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibarq/pesquisa/resumos-de-obras-significativas-da-colecao-porto-alegre/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da ecologia***:* breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BRASIL. **Código de Águas**. Decreto nº 24.643. Publicado em 10 de julho de 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 30132**, de 13 de maio de 1981. Organiza o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul e cria o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Disponível em: < https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1981/dec_30132_1981_organizasistemaestadualrecursoshidricos_rs_altrd_dec_32256_1986.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CANEPA, Eugenio Miguel; ZORZI, Isidoro; GRASSI, Luis Antonio Timm; SOARES NETO, Percy Baptista. Os Comitês de Bacias no Rio Grande do Sul: Formação, Dinâmica de Funcionamento e Perspectivas. In: Carlos José

alguma organização social. Profissionais do audiovisual, lideranças sociais e a associação de amigos (renovada e institucionalizada como a Associação de Amigas e Amigos da Cinemateca Capitólio - AAMICA) insurgiram-se contra essa "privatização", em luta que garante até o momento a gestão pública da Cinemateca Capitólio: no momento, com Grassi sendo o presidente da AAMICA.

Saldanha Machado. (Org.). **Gestão de Águas Doces**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004, p. 231-266.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano** – Volume 3 – Da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MELOSI, M.V.; J.A. PRATT. **Energy metropolis**: an environmental history of Houston and the Gulf Coast. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press. 2007.

PEREIRA, Elenita Malta. **Roessler**: O homem que amava a natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013.

PEREIRA, Elenita Malta, RIBEIRO, Claudia. Proteção das águas e desenvolvimento em debate no sul do Brasil: o conflito ambiental no Polo Petroquímico de Triunfo (1975-1982). 2021. **Estudos Ibero-Americanos**, 47(2), e35616. https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.2.35616

PONTES, Frederico de Andrade. A greve do 1/3: memórias da luta pela democracia na Universidade do Ceará. **Anais do XI Encontro Nacional de História Oral Memória, Democracia e Justiça**, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Claudia; PEREIRA, Elenita Malta. As águas do Rio Caí como guias: Encontro com marcos ambientais do desenvolvimento petroquímico brasileiro. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 21, n. 54, p. 710-741, setembro, 2020. DOI: https://doi.org/10.22456/1984-1191.103572

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 5.167**, de 21 de Dezembro de 1965. Autoriza a constituição da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e dá outras providências. 1965. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2005.167.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 6.748**, de 29 de Outubro de 1974. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN e dá outras providências. 1974. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=34736&hTexto=&Hid_IDNorma=34736>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 32.774**, de 17 de março de 1988. Cria o Comitê de Preservação e Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos e aprova a seu Estatuto. 1988ª. Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=20319&hTexto=&Hid_IDNorma=20319>. Acesso em: 16 fev. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 8.735**, de 4 de novembro de 1988. Estabelece os princípios e normas básicas para a proteção dos recursos hídricos do estado e dá outras providências. 1988b. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hi

d_TodasNormas=19370&hTexto=&Hid_IDNorma=19370>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.350**, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do estado do Rio Grande do Sul. 1994. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/10.350.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SAIANI, Carlos César; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 79-106, Abr. 2010. https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000100004.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (USEPA). National Accomplishments in Pollution Control: 1970-1980. Some Case Histories. December 1980. Disponível em: < https://nepis.epa.gov/ >. Acesso em: 31 jan. 2022.

WENZEL, José Alberto. FEPAM: Raízes Trincheiras e Farol. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz Ltda., 2014.

Recebido em Março de 2022
Aprovado em Maio de 2022